

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. **Aquisição, sob demanda, de Gêneros Alimentícios para atender as necessidades da CAIVS – Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso**, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Fundo Municipal de Assistência Social
1.3	Fundamentação legal:	Lei nº 14.133/21, art. 28, inciso I.
1.4	Período:	12 (doze) MESES
1.5	Tipo:	Menor preço Global por Lote – Registro de Preços, nos termos da Lei nº. 14.1333/2021.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

2.1. Aquisição de Gêneros Alimentícios, para atender as necessidades da CAIVS – Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMA T	UNIDA DE DE MEDID A	QUAN TIDAD E
	LOTE I - ALIMENTOS ESTOCÁVEIS			
01	Açafrão em pó, em embalagem plástica original com 100g	463857	PCT	30
02	Açúcar refinado, especial em embalagem plástica original com 1kg	463994	UND	1.500
03	Adoçante dietético líquido, sucralose, embalagem original c/ no mínimo 75ml	436134	UND	40
04	Alimento achocolatado em pó, instantâneo, embalagem original c/ 400g	235871	UND	730
05	Amendoim cru sem casca e sem sal, embalagem original c/ 500g	321294	PCT	20

06	Amido de milho, embalagem original c/ 200g	467050	PCT	50
07	Arroz polido, classe longo fino, tipo 1, embalagem original com 5kg	458904	PCT	370
08	Atum conserva em óleo vegetal ralado, embalagem original c/ no mínimo 120g	448999	LATA	100
09	Aveia, flocos, embalagem original com 200g	235765	PCT	100
10	Azeite de oliva, puro, embalagem original com 500 ml	463697	FRASCO	340
11	Batata palha, sem adição de glutamato monossódico, em embalagem original com 300g	252298	PCT	60
12	Biscoito de polvilho, salgado, tipo "corujinha", embalagem com no mínimo 200g	482917	PCT	250
13	Biscoito doce tipo Maria ou maisena, embalagem original com 200g	232236	PCT	920
14	Biscoito doce tipo rosquinha, em embalagem com no mínimo 350g	477541	PCT	230
15	Biscoito salgado tipo cream-cracker, embalagem original com 200g	402158	PCT	1400
16	Café, torrado e moído, selo Abic de qualidade, em embalagem original c/500g	463583	PCT	410
17	Canjiquinha de milho, embalagem original com 1kg	459071	PCT	120
18	Canela em pau, embalagem original com no mínimo 20g	463873	PCT	30
19	Canela em pó, embalagem original com no mínimo 10g	463872	PCT	30
20	Chá erva doce, embalagem original com no mínimo 13g, com 10 sachês	245189	PCT	50
21	Chá erva mate, granel, embalagem original de 100g	275818	PCT	20
22	Clofifício, corau em pó, sem adição de sal ou glutamato monossódico, embalagem original c/ 100g	463937	PCT	20
23	Coco ralado desidratado sem adição de açúcar, embalagem original c/ 100g	421669	PCT	50
24	Cravo da índia, embalagem original com no mínimo 10g	463892	PCT	20
25	Creme de leite, embalagem original com no mínimo 200g	198910	CX	180
26	Doce de goiabada, sem adição de corantes, embalagem original c/ no mínimo 500g	242995	PCT	50
27	Doce de leite, pastoso, embalagem original com no mínimo 400g	462597	PCT	60
28	Ervilha em conserva, embalagem original com 200 g (peso drenado)	282997	LATA	180

29	Ervilha grupo 2, tipo 1, embalagem original com 500g	280997	PCT	50
30	Extrato de tomate, embalagem original com no mínimo 300g	459670	UN	730
31	Farinha de mandioca, tipo1, seca, fina, branca, crua, embalagem original c/ 1kg	458918	UN	200
32	Farinha de trigo, tipo 1, embalagem original com 1kg	460263	UN	140
33	Farinha láctea, embalagem original com no mínimo 200g	228768	UN	200
34	Feijão carioquinha, grupo 1, tipo 1, embalagem original com 1kg	464553	UN	460
35	Feijão preto, grupo 1, tipo1, embalagem original com 1kg	464552	UN	1.100
36	Fermento químico em pó, embalagem original com 100g	459586	UN	50
37	Fubá milho, extra, embalagem original com 1 kg	459013	PCT	180
38	Gelatina sabores, embalagem original com no mínimo 35g	265783	PCT	200
39	Geleia de frutas, embalagem original com no mínimo 200g	350116	POTE	340
40	Leite condensado, embalagem original com 395g	223050	CX	200
41	Leite de coco concentrado, embalagem original com 200ml	241604	VD	40
42	Massa alimentícia espaguete, com ovos, nº. 8 ou 9, embalagem original c/ 1kg	459002	PCT	290
43	Massa alimentícia padre nosso com semolina, embalagem original com 1kg	458965	PCT	60
44	Massa alimentícia parafuso, com ovos, embalagem original com 1kg	458980	PCT	290
45	Massa alimentícia talharim, com ovos, embalagem original com 1kg	458957	PCT	290
46	Massa para pastel, embalagem original com 200g	462244	PCT	120
47	Milho canjica, especial branca, tipo2, embalagem original com 500g	459071	PCT	40
48	Milho para pipoca, embalagem de 500g	462122	PCT	100
49	Milho verde conserva, embalagem original com 200g (peso drenado)	462824	PCT	260
50	Molho de catchup, embalagem original com 200g	459663	FRASCO	40
51	Molho de maionese, embalagem original com 500g	459658	FRASCO	100

52	Molho de mostarda, embalagem original com 200g	459667	FRASCO	20
53	Óleo de soja, refinado, embalagem original com 900ml	125520	GF	700
54	Orégano desidratado, embalagem original, a granel, 100g	332357	PCT	10
55	Refrigerante de guaraná, embalagem de 2 litros	198960	GF	200
56	Sal, refinado, iodado, embalagem plástica original com 1kg	291893	KG	90
57	Sardinha em conserva em óleo comestível, embalagem original com no mínimo 80g (peso drenado)	449006	LATA	80
58	Suco caju, embalagem original com 1 litro	250280	GF	190
59	Suco de manga, embalagem original com 1 litro	257574	GF	190
60	Suco de maracujá, embalagem original com 1 litro	232365	GF	190
61	Suco de uva, embalagem original com 1 litro	232366	GF	190
62	Suco goiaba, embalagem original com 1 litro	317849	GF	190
63	Tapioca tipo granulada, embalagem original com 500g	459082	PCT	60
64	Trigo para quibe, embalagem original c/500g	326330	PCT	70
65	Vinagre de álcool, embalagem original com no mínimo 750 ml	217096	GF	100
LOTE II - CARNES E DERIVADOS				
01	Carne bovina (músculo) sem osso picada 2cm X 2cm, em embalagem plástica	454336	KG	180
02	Carne bovina (patinho) moída, em embalagem plástica	480370	KG	510
03	Carne bovina (patinho), em bifes de 100g congelada, em embalagem plástica	480370	KG	710
04	Carne bovina (lagarto plano), congelado, em embalagem plástica	447441	KG	860
05	Carne bovina salgada (charque), curada e seca, embalagem original com 1 kg	447732	PCT	30
06	Carne de frango (coxa/sobrecoxa) com osso congelado, em embalagem plástica	15040	KG	2.000
07	Carne de frango (peito) com osso, congelada, em embalagem plástica	15040	KG	640

08	Carne suína (copa lombo), congelada, em embalagem plástica	447743	KG	180
09	Linguiça tipo calabresa, embalagem original com 2,5kg	447702	PCT	20
10	Linguiça tipo paio, embalagem original com 2,5kg	449182	PCT	20
11	Peixe (merluza), em filé, sem pele, sem espinha, congelado em embalagem plástica	9382	KG	390
12	Presunto cozido magro, em embalagem original	477774	KG	100
13	Salsicha para cachorro-quente, embalagem original, pacote com 5 Kg	447720	PCT	20
LOTE III – LATICÍNIOS				
01	logurte, polpa de frutas diversos sabores, garrafa plástica c/no mínimo 180g	482783	GF	3.800
02	Leite de vaca, integral, embalagem original tetra pack de 1 litro	445995	UN	5.500
03	Leite de vaca deslactosado, embalagem original tetra pack de 1 litro	446001	UN	440
04	Manteiga extra, com sal, embalagem original com 200g	446384	PCT	1.100
05	Margarina vegetal cremosa, com sal, 60 a 95% de teor de lipídios, isento de gordura trans, embalagem original de 500g	233863	PCT	50
06	Queijo Minas frescal, em embalagem plástica original	446660	KG	60
07	Queijo muçarela não fatiado, em embalagem plástica original	446636	KG	100
08	Queijo prato, lanche não fatiado, em embalagem plástica original	446642	KG	100
09	Requeijão cremoso tradicional, embalagem original com no mínimo 200g	446671	UN	720
LOTE IV – PANIFICAÇÃO				
01	Pão de Forma tradicional, em embalagem plástica original de 400g	460401	PCT	690
02	Pão francês, 50g	460380	KG	500
03	Pão de Forma integral, embalagem plástica original de 400g	460403	PCT	200
04	Pão de forma SEM GLÚTEN, SEM LEITE, embalagem plástica original com no mínimo 300g	460403	PCT	150

	LOTE V - FÓRMULAS INFANTIS			
01	Fórmula infantil para lactentes, 1º semestre de vida, embalagem original c/ no mínimo 800g	17555	LATA	180
02	Fórmula infantil para lactentes, 2º semestre de vida, embalagem original c/ no mínimo 800g	17555	LATA	100
03	Fórmula infantil, soja em pó, a base de proteína isolada de soja, embalagem original c/ no mínimo 400g	17555	LATA	50
04	Fórmula infantil para lactentes, antirregurgitação, hipoalergênica, indicada para lactentes desde o nascimento aos 06 meses de idade, embalagem original c/ no mínimo 400g	17555	UN	100
05	Fórmula infantil com restrição de lactose, para lactentes e de segmento, 0 a 12 meses de idade, embalagem original c/ no mínimo 400g	17555	UN	200
06	Mucilagem, arroz, milho ou multicereais, embalagem original com no mínimo 400g	17555	LATA	60

2.2. O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme **Decreto Municipal nº 1746, de 2022**.

2.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso nos termos do artigo 84 da lei 14.133/2021.

2.4. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas nos termos do artigo 84, parágrafo único da lei 14.133/2021.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

3.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. No entanto, cabe desde já esclarecer que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para Juventude de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para aquisições de bens e serviços, visando atender as demandas das Instituições ligadas a Secretaria;

3.3. Os cálculos para estimativa das quantidades foram realizados pela Nutricionista responsável pela CAIVS, levando-se em consideração a capacidade máxima de 40 acolhidos, mais a média de 15 servidores/dia. Utilizando para base de cálculo a tabela de estrutura

básica de cardápio e respectivas gramaturas ou porções médias para acolhidos e frequência média de utilização de cada item (diário, 3x/semana, 1x/semana, quinzenal, mensal ou ocasional).

3.4. Como exemplificado pela nutricionista responsável, Fernanda de M. Borges Leal, matrícula 115.300, documento que embasa a requisição desta demanda, o Achocolatado em pó – per capita diário = 20g x 40 (acolhidos) = 800g consumidos diariamente. 800g x 365 dias = 292 kg, consumo final de achocolatado em pó por ano, equivalente a 730 embalagens de 400g.

3.5. A CAIVS - Centro de Acolhimento Institucional Vila Sorriso é uma unidade pública especializada que atende menores de idade em recuperação psicológica por conta de maus tratos, abuso e abandono, que não têm autonomia e dependem de outras pessoas. As famílias dessas pessoas também são atendidas no Centro-Dia. Nesta unidade são desenvolvidas atividades que permitam a convivência em grupo; cuidados pessoais; fortalecimento das relações sociais; apoio e orientação aos cuidadores familiares; acesso a outros serviços e a tecnologias que proporcionam autonomia e convivência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

5.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.2. Pela requisição da unidade requisitante, na presente contratação não será admitida a indicação de marcas nos termos do artigo 41, inciso I da Lei 14.133/2021;

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

5.4. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos dos artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021

6. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

6.1. O prazo de entrega dos bens descritos no presente será efetuado na Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso, na rua Itajubá s/n, Vargem Grande, Cônego, Nova Friburgo/RJ, no prazo não superior a 15(quinze) dias, contados do recebimento da Nota de empenho, da seguinte forma:

6.2. O fornecimento de gêneros alimentícios estocáveis (Lote I) ocorrerá mensalmente, conforme cronograma disposto pela Nutricionista responsável.

6.3. O fornecimento de laticínios (Lote III) carnes e derivados (Lote II), ocorrerá

quinzenalmente, conforme cronograma disposto pela Nutricionista responsável;

6.4. O fornecimento de pães (Lote IV) ocorrerá diariamente de segunda a sexta feira, ou conforme as solicitações e cronograma disposto pela Nutricionista responsável.

6.5. O fornecimento de fórmulas infantis (Lote V) ocorrerá de acordo com a demanda sinalizada pela nutricionista, a ser solicitada por esta, com 48(quarenta e oito) horas de antecedência. A comunicação será efetuada via e-mail ou outro meio hábil

6.6. O referido cronograma tratado nos subitens acima será encaminhado mensalmente via endereço eletrônico(email), fornecido pela(s) vencedora (s) no ato de apresentação das propostas previstos no edital do Pregão Eletrônico;

6.7. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 30(trinta) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.8. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Rua Itajubá s/n, Vargem Grande/ Cônego, de segunda a sexta- feira, das 9 às 16 horas.**

6.9. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80%(oitenta por cento)do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.10. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2(dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3(três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.12. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3(três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.12.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. DA GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput), conforme abaixo:
- 7.4.
- Gestor Titular: Simone de Almeida Pinto**
Subsecretária - mat. 63.271
- Gestor Substituto: Ana Elza da Silva Junior**
Supervisor de Nível Intermediário de Proteção Social Especial – mat. 62.299
- Fiscal Titular: Fernanda de Moura Borges Leal**
Nutricionista – mat. 115.300
- Fiscal Substituto: Lucília Maria Oliva Pacheco**
Assessor de Nível Intermediário Casa de Acolhimento Institucional Vila Sorriso – CAIVS
- mat. 107.617
- 7.4.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 7.4.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 7.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 7.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 7.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 7.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

- 7.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- 7.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- 7.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 7.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, por registro de preços, com fundamento na hipótese do art. 40, inciso II da Lei n.º 14.133/2021 que culminará com a seleção da proposta de (menor preço global).
- 8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- 8.2.1. SICAF;
- 8.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- 8.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)
- 8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de

contratação.

- 8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:
- 8.13. Habilitação Jurídica:**
- 8.13.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional; OU
- 8.13.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; OU
- 8.13.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; OU
- 8.13.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU
- 8.13.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil; OU
- 8.13.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; OU
- 8.13.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de

Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.13.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.14. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.14.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

OU

8.14.2. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.14.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14.4. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14.5. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.14.6. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.14.7. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.14.7.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.14.8. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.14.8.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- 9.1.1.1. Gestão/Unidade: Fundo Municipal de Assistência Social
- 9.1.1.2. Fonte de Recursos: 1500 e 1661
- 9.1.1.3. Programa de Trabalho: 36.001.082.440.094.2.238
- 9.1.1.4. Elemento de Despesa: 33.90.30-14

9.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ: 07.293.841/0001-83, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 214, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-000.**

10. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

10.2. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade e decreto 313 de 10 de Outubro de 2019:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

10.3. A nota fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

10.4. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao licitante que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o licitante der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Termo de Referência, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa:

(1) moratória de 0,5% por dia de atraso** injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

(2) moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor total, nos casos do contrato, até o máximo de 30% pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

* O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) compensatória de 15% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Município do licitante, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao licitante, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

i) a natureza e a gravidade da infração cometida;

- j) as peculiaridades do caso concreto;
- k) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- l) os danos que dela provierem para o Município;
- m) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou no Contrato, ou ainda para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Município deverá, no prazo máximo 30 (trinta) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

11.11. Os débitos do licitante para com a Administração, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo Termo de Referência, do contrato, ou de contratos administrativos que o licitante possua com o mesmo órgão, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.
- 12.2. Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Assistência Social.

Nova Friburgo/RJ, 24 de março de 2023.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<p>_____ Simone de Almeida Pinto Subsecretária de Assistência Social</p> <p>Matr.: 63.271</p>	<p>_____ Monara Tavares da Silva Cunha Assessor de Nível Superior de Apoio Administrativo</p> <p>Matr.: 199.511</p>

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Diego Asth da Silva
Secretário Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas para
a Juventude
Matr.: 63.262